



A intolerância religiosa e o preconceito racial nas escolas: reflexões sobre a importância da atuação docente

Religious intolerance and racial prejudice in schools: reflections on the importance of teaching performance

Arthur Lima de Oliveira¹

Glauber de Araujo Barroco Lobato²

Resumo: Este artigo tem por objetivo central discutir a atuação dos professores em relação ao preconceito religioso presente nas escolas, principalmente contra religiões de matriz africana e seus adeptos. Para tal, abordamos a atividade dos movimentos relacionados à negritude e suas contribuições além de apontarmos o papel essencial que o professor exerce no âmbito educacional a fim de dirimir as perspectivas preconceituosas nesse espaço, que deve promover a pluralidade, respeito e liberdade. O preconceito deve ser mitigado em todos os setores da sociedade e, principalmente, nos ambientes educacionais, visto que novos cidadãos sairão desses espaços para atuar na sociedade e não há mais tempo nem espaço para mantermos um sistema social baseado em hierarquização de credos.

Palavras-chave: Educação; Preconceito racial; Preconceito religioso; Sociedade; Diversidade.

Abstract: This article aims to discuss the role of teachers in relation to religious prejudice present in schools, especially against African religions and their followers. To this end, we address the activity of movements related to negritude and their contributions, as well as pointing out the essential role that the teacher plays in the educational field in order to resolve prejudiced perspectives in this space, which should promote plurality, respect and freedom. Prejudice must be mitigated in all sectors of society and especially in educational environments, since new citizens will leave these spaces to act in society and there is no more time or space to maintain a social system based on hierarchy of creeds.

Key-words: Education; Racial prejudice; Religious prejudice. Society; Diversity.

¹ Mestrando em Estudos da Linguagem (PUC-Rio). Contato: arthurliima_@hotmail.com

² Mestrando em Sociologia Política (IUPERJ/UCAM). Contato: glauber.lobato@gmail.com



Introdução

Abordar assuntos que envolvem aspectos religiosos é sempre, ou quase sempre, uma celeuma. As religiões, nesse contexto, apresentam-se intimamente ligadas a, modelando e orientando seus comportamentos, suas visões de mundo e suas relações interpessoais.

O Brasil, palco das mais difusas transformações sociais e interações entre diferentes povos, foi submetido a diferentes forças expressivas que travavam embate no campo da hegemonia cultural e religiosa, que dominava o cenário ocidental.

É necessário salientar que o processo de formação da sociedade brasileira pautada, basicamente, no tripé interativo entre índios, negros e portugueses foi extremamente repressivo e opressor, já que a relação entre esses povos era assimétrica.

Os negros trazidos de África, em condições subumanas, não podem ser considerados como tábulas rasas, já que em seus espaços de origem produziam suas expressões culturais, simbólicas e religiosas. Essas expressividades eram sistematicamente transmitidas de uma geração para outra.

Segundo Antônio (2016, p.1), “de origem africana, 'griô' é um guardião da memória da história oral de um povo ou comunidade”. Nesse âmbito, a figura dos griôs era essencial, e ainda o é, para que a história desses povos não se perdesse ao passar do tempo.

É através dessas personalidades influentes na historicidade dos povos africanos que a memória, valores e tradições eram preservadas, haja vista que a escrita, enquanto forma de expressividade, não fazia parte da estrutura basilar de muitas culturas em África, pelo menos não como a entendemos hoje.

A palavra dita exercia um papel elementar na própria formação identitária desses povos. A oralidade, portanto, é uma marca das tradições populares em África e é estrutura formadora da visão de mundo dessas nações.

O registro escrito, após a invenção da imprensa, deu uma guinada na forma como os povos se expressavam. A cultura letrada passou a ser tomada como referência e marcada, ainda que sob algumas considerações, como legítima. A oralidade, por sua vez perdeu espaço e foi preterida.

No cenário educacional, as perspectivas seguiram os mesmos caminhos. A oralidade e escrita estavam situadas em campos totalmente distintos. Os espaços que uma ocupava era antagonicamente diferentes dos espaços que a outra abrangia.

As marcas históricas, religiosas, e culturais que formavam a consciência dos diferentes povos africanos³ situavam-se no espaço do oral enquanto os ditames judaico-cristãos eram privilegiados. A escrita delimita, de modo muito significativo, essa relação de desigualdade entre essas modalidades. É a partir dessa configuração que trataremos da temática apontada no título deste trabalho.

O preconceito racial e religioso contra religiões de matriz africana e seus adeptos nos diferentes espaços sociais e, especificamente no contexto educacional brasileiro, configura-se como uma marca intrínseca da imposição de valores e concepções da existência humana de determinados grupos dominantes.

Essa situação passou a ter mais visibilidade, ser mais discutida, refletida e problematizada graças ao fortalecimento de grupos ligados às questões relacionadas à situação social dos negros na sociedade brasileira, ao apoio das mídias sociais alavancadas pela democratização da internet. A multiplicidade polifônica proporcionada por essas mídias possibilita aos grupos marginalizados a expressão outrora negada.

Outro aspecto notável no avançar dessa causa foi a elaboração da Lei 10.639/2003, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências”, segundo Brasil (2003).

A metodologia buscou a partir da revisão bibliográfica tentar compreender como se configura a questão em relação aos preconceitos raciais e religiosos nos espaços educativos. Nesse sentido, tratamos de alguns aspectos voltados para o aprofundamento no tratamento da questão. Como os espaços escolares têm enfrentado a questão e como o Movimento Negro atuou e atua nesse sentido.

³ O termo é utilizado dentro da perspectiva da generalização, embora conheçamos as implicações geradas a partir dessa abordagem, com vistas à facilitação na compreensão da discussão a qual estamos nos propondo a realizar neste artigo.

Ativismo negro e as questões raciais e religiosas

A lei 10.639 surge na primeira década dos anos 2000, e faz parte de uma série de políticas voltadas às populações e setores marginalizados historicamente no processo formativo da sociedade brasileira.

Os movimentos negros⁴, através da militância e das tentativas sistemáticas de lançar luz sobre o racismo enfrentado por esse grupo social, emerge com temáticas caras à sociedade que fora escravocrata há poucos séculos como a igualdade de direitos, o acesso democrático aos bens socioculturais e ao empoderamento dessa parcela populacional, precarizada e estigmatizada ao longo do séculos.

É importante destacar que a pressão e a mobilização dos grupos inseridos nos movimentos negros têm conseguido ecoar suas vozes e seus anseios perante uma sociedade que ainda é muito desigual e excludente.

Através do fortalecimento desse grupos e dos avanços das pautas desse movimento em termos de legislação, muitos cursos de extensão, graduação e pós-graduação têm contribuído para a popularização de questões que afetam a população negra, e de forma mais específica, a população que professa credos não cristãos.

É inegável perceber que a sociedade brasileira vive atualmente sob o poder e a influência do movimento neopentecostal. Nesse âmbito, é possível ressaltar que o enfrentamento com vistas à garantia da igualdade entre os diferentes tipos de crenças e ao respeito à laicidade do estado brasileiro é de total relevância para a população.

Pode-se destacar um dos principais marcos da posição de insatisfação de cidadãos negros com as condições vividas no Brasil do século XX, perpetuadas pelo histórico racista e escravista. Em consequência disso, em 1931, ocorre uma mobilização política de formação do partido político Frente Negra Brasileira, que seria extinto posteriormente.

Após sua extinção, não houve um hiato dos movimentos negros. Pelo contrário. Muitos outros grupos mobilizaram-se a favor de pautas que atendessem boa parte dessa parcela da sociedade. O fortalecimento dos diferentes movimentos negros também ressoou nos espaços educacionais, principalmente em instituições de ensino superior, visto que esses espaços eram excludentes e cerceavam, de maneira indireta, a entrada e permanência de pessoas negras nesses espaços.

⁴ Colocamos o termo no plural pois entendemos que dentro do movimento negro há diversidade de pautas e interesses, embora partilhem da questão etnicorracial.

A conferência de Durban, em 2001, teve um papel fundamental para a conscientização internacional em relação aos problemas que envolviam questões etnicorraciais, ao promover. Percebe-se que

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores (GOMES, 2005, p.48)

Nesse âmbito, após muita pressão por parte dos próprios movimentos negros, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 2003, tornou-se a primeira universidade a introduzir a política de cotas para negros em um movimento de reparação histórica e posicionamento bem marcado contra o racismo e o preconceito religioso.

O racismo, visto desse ponto de vista, alarga seu alcance ao promover o preconceito não somente racial, mas em relação aos símbolos e elementos associados às práticas religiosas de cunho afro-brasileiro das populações negras, em geral.

A inferiorização de um grupo justificada pelas diferenças que compõem suas características é uma atividade que fora reiterada, inclusive, pelo campo científico. O grande exemplo dessa abordagem é a teoria do determinismo biológico a qual Laraia vai duramente criticar:

São velhas e persistentes as teorias que atribuem capacidades específicas inatas a "raças" ou a outros grupos humanos. Muita gente ainda acredita que os nórdicos são mais inteligentes do que os negros; que os alemães têm mais habilidade para a mecânica; que os judeus são avarentos e negociantes; que os norte-americanos são empreendedores e interesseiros; que os portugueses são muito trabalhadores e pouco inteligentes; que os japoneses são trabalhadores, traiçoeiros e cruéis; que os ciganos são nômades por instinto, e, finalmente, que os brasileiros herdaram a preguiça dos negros, a imprevidência dos índios e a luxúria dos portugueses. Os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais (LARAIA, 2003, p.17).

Os estereótipos são uma forma de generalizar indivíduos e grupos baseada em aspectos visíveis e de maior realce, o que não necessariamente significa dizer que esses grupos possuam tais características, embora alguns traços sejam partilhados inconscientemente pelas sociedades, de um modo geral.

Dessa forma, os espaços escolares acabam refletindo esse *modus operandi* em relação aos estigmas e estereótipos. A luta dos diversos movimentos negros organizados a fim de mitigar esse cenário é histórica e tem sido intensificada através dos recursos tecnológicos amplamente disponibilizados para aquisição.

Os aplicativos para as plataformas digitais mais atuais e as novas formas de comunicação têm possibilitado a expansão e visibilidade das populações negras e de suas demandas nos espaços que, anteriormente, eram utilizados como instrumentos de diferenciação e opressão desses povos.

Os grupos organizados em prol dos movimentos negros, nesse contexto, interferem na lógica mantenedora de práticas racistas. Por essa razão, percebe-se que as próprias mudanças em termos de legislação e conscientização têm sido percebidas pela população como um todo, ainda que essa percepção não esteja inteiramente vinculada à visão de que o racismo pode se dar de diferentes formas e de que há ações racistas tão entranhadas em nossas práticas diárias que acabam sendo “normalizadas”.

Moreira e Candau (2003) ressaltam que a dificuldade no tratamento das questões relativas à diferença e pluralidade nos espaços educacionais sempre foi uma constante. Nesse sentido, era mais confortável para o andamento das práticas escolares o silenciamento de todas as demandas oriundas dessa diversidade.

A manutenção do sistema sempre foi mais fácil do que romper com as amarras opressoras advindas das classes dominantes que não querem romper com a lógica dos privilégios e da desvalorização de tudo o que não está sob seu domínio. A partir desse cenário, Costa (2017, p. 11722) acredita que “a escola é um espaço de reprodução de práticas de preconceito e discriminação e por consequência violência, em suas variadas matizes”.

O preconceito racial e, conseqüentemente, o religioso estão intrinsecamente assentados nas escolas e universidades brasileiras. Por isso, os movimentos que discutem as questões ligadas aos negros em diversas frentes estão cada vez mais presentes nesses espaços.

Oliva (2003, p.431) nos indica que “para além da educação escolar falha, é certo afirmar que as interpretações racistas e discriminatórias elaboradas sobre a África e incorporadas pelos brasileiros são resultado do casamento de ações e pensamentos do passado e do presente.

A vinculação do preconceito religioso ao preconceito racial é uma das conseqüências da visão europeizada e cristã a respeito dos povos negros e de seus elementos culturais formativos. A perspectiva da identidade do outro a partir do paradigma da diferença é essencial para que essa visão seja substituída por uma visão

mais acolhedora, democrática e positiva em relação a outras culturas e seus respectivos elementos.

A atuação docente na mitigação do racismo e do preconceito religioso

A formação de professores no contexto nacional desempenha um papel bastante relevante no que tange à preparação e conscientização relacionada às situações relacionadas ao problema do racismo e do preconceito perpetuados em nossa sociedade, inclusive, pela lógica educacional.

É nesse sentido que a intervenção do corpo docente presente nos espaços educacionais deve ser promovida com bastante acuidade, visto que o espaço escolar pode servir como um ambiente de emancipação e conscientização coletiva em relação às questões étnico-raciais vivenciadas na rotina escolar das escolas brasileiras. Os professores devem ter a capacidade intelectual de detectar os mínimos sinais de quaisquer atitudes ou prática de cunho racista e preconceituoso.

Há de se convir que os professores, para tanto, devem se conscientizar a respeito da problemática em questão e desempenhar suas funções tendo um olhar cauteloso cujo foco esteja não somente na transformação de seus educandos em relação ao conhecimento, mas também em relação ao seu desenvolvimento enquanto cidadãos do mundo

Esses profissionais devem buscar estratégias e recursos para que atuem de maneira mais eficaz em suas práticas escolares. Esse cenário pode se revelar como uma barreira para alguns professores que não têm o hábito de rever suas próprias práticas e métodos de abordagem, o que pode se refletir na estagnação perante o conhecimento e os instrumentos legais que tratam da inserção dos temas previstos na Lei 10.639/2003.

Muitos se formam em seus respectivos cursos de licenciatura, passam por disciplinas voltadas para os processos formativos educacionais, inclusive precisam realizar, ao menos uma disciplina voltada para as questões etnicorraciais, em que são discutidos temas relacionados à historicidade e o atual cenário das populações negras no Brasil, além de abordar alguns pontos relativos às diásporas desses grupos.

Apesar de constar na maioria dos cursos, essas disciplinas de cunho conscientizador e transformador não têm a força esperada na luta contra o racismo em suas diversas facetas. Destaca-se, entretanto, sua extrema e total relevância

necessidade no processo formativos dos professores que estão entrando e entrarão nas salas de aula.

Embora se dê destaque a essas disciplinas e demais cursos que discutem a temática, não são raros os casos em que professores não conseguem lidar com ou abordar as questões raciais e religiosas de maneira profícua e exitosa.

Pelo reconhecimento da diversidade cultural criada pelas religiões de base africana na sociedade brasileira uma vez que elas introduziram variações da língua, dos ritmos e da organização social com exemplos do fazer coletivo. As religiões de base africana influenciam de forma importante o pensamento social brasileiro. A sociologia e antropologia demonstram sobre diversos aspectos que os conhecimentos das religiões de base africanas estão presentes nos conhecimentos processados na atualidade na sociedade brasileira. (JUNIOR, 2009, p. 99).

As religiões são um assunto complexo e de difícil abordagem nos espaços escolares, justamente por refletirem as individualidades e particularidades de cada indivíduos. Ora, se nossas escolas recebem uma vasta diversidade de alunos cujos credos são dos mais variados e isso inclui aqueles que não possuem nenhum tipo de crença, como encontrar a melhor forma de abordar essa temática sem afetar ou afrontar essas idiosincrasias?

O Brasil acolhe diversas religiões diferentes, e todas têm liberdade de culto garantida pela Constituição Federal, sem espaço para a intolerância. De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há no País seguidores da fé católica, evangélica e espírita, do candomblé, umbanda, judaísmo, islamismo, hinduísmo, budismo e tradições indígenas, entre outras (BRASIL, 2018, p. 1).

Ao se considerar a sociedade brasileira, pode-se perceber sua múltipla e diversificada formação religiosa. Uma sociedade formada a partir da junção de crenças oriundas de diferentes povos deveria, em tese, demonstrar uma postura mais aberta em relação às diferentes credos.

Cabe salientar que essa postura mais aberta e receptiva tem sofrido alguns abalos provocados, possivelmente, por uma postura mais conservadora da sociedade. Entretanto, é coerente afirmar que, em muitos casos, a religiosidade dos brasileiro é fluida. Muitos brasileiros transitam entre as diversas religiões em busca de uma espiritualidade que os preencha.

[...] não há como negar a força do referencial cristão na sociedade brasileira. Mas já se começa a perceber nele uma diversificação cada vez mais evidenciada. Junto com essa multiformidade interna ao campo cristão, verifica-se também uma pluralização religiosa cada vez maior, com visibilização crescente. (TEIXEIRA, 2013, p. 25).

Com base no quadro a seguir de Santos et al. (2016), pode-se perceber o primeiro lugar sendo ocupado por casos de atendimentos prestados em relação ao preconceito sofrido por indivíduos de religiões de matriz africana, com um número bastante expressivo se comparado.

Distribuição percentual do tipo de atendimentos prestados pela CEPLIR, entre o período de abril de 2012 a dezembro de 2015, Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Tipo do atendimento/período	Percentual (%)
Abril de 2012 a agosto de 2015	1014 (100%)
Contra Religiões Afro-brasileiras	71
Contra Evangélicos, Protestantes ou Neopentecostais	8
Contra Católicos	4
Contra Judeus e Pessoas sem Religião	4
Ataques contra a liberdade Religiosa	4
Não informado\Não possui	9

Santos (2016)

Nos espaços escolares, é importante que a direção e o corpo docente estejam cientes do quão nocivo pode ser ignorar o problema do preconceito racial, que muitas vezes se reflete no preconceito religioso.

Nesse contexto, é imprescindível que se compreenda as religiões de menos prestígio popular como tão importantes quanto as outras. A partir dessa ideia, é necessário que o professor esteja ciente de quão complexo é o problema e de como ele pode agir para mitigá-lo.

Diante desse pensamento, os professores podem buscar forma de agir em suas aulas. Ressalta-se que a diversidade deve ser fomentada em todas as disciplinas, de maneira transversal. Logo, a responsabilidade recai sobre todos os professores.

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 10 O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 20 Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003, Art. 26-A).

Ou seja, embora haja uma pré-orientação e uma certa “preferência” para que os conteúdos em relação à questão étnicorracial sejam abordados nas disciplinas de

humanidades como História, Artes e Literatura, todas as outras também precisam estar sintonizadas para que a discussão seja fomentada e evolua, desconstruindo imagens e concepções indevidas a respeito das crenças historicamente marginalizadas.

A Base Nacional Comum Curricular (2018) prevê alguns objetivos:

Identificar as diferentes formas pelas quais as pessoas manifestam sentimentos, ideias, memórias, gostos e crenças em diferentes espaços; Identificar, distinguir e respeitar símbolos religiosos de distintas manifestações, tradições e instituições religiosas; Identificar e respeitar os diferentes espaços e territórios religiosos de diferentes tradições e movimentos religiosos; Reconhecer e respeitar as práticas de comunicação com as divindades em distintas manifestações e tradições religiosas.

Nesse contexto, destaca-se o potencial transformador que a BNCC preconiza e promove em relação à abordagem de temas religiosos e, principalmente, de como o preconceito pode ser combatido na educação básica, primordialmente.

É inevitável que se deve dar atenção à temática no ensino superior, pois justamente desse espaço é que sairão os futuros profissionais que terão de lidar com a cruel realidade promovida pelos ideários racistas vivenciada por todos os alunos, professores e profissionais atuantes nos espaços educacionais cujas religiões não são as de principal adesão, como o cristianismo, por exemplo.

Essas religiões marginalizadas não se utilizam de uma das táticas mais produtivas, convenientes e vantajosas que o proselitismo. Uma das características de muitas religiões cujo foco é aumentar seu número de seguidores/fiéis.

Proselitismo é o nome dado à busca ativa de uma religião por novos fiéis. Em sua origem grega, o termo designava a adesão de pagãos ao judaísmo, mas esse sentido primeiro foi perdido há muito tempo. Hoje, “proselitismo” é usado com conotação negativa, para descrever a suposta agressividade de uma religião (concorrente) em converter novos seguidores (BUTTER, 2007, p.1)

Por fim, reiteramos que o professor deve agir de modo plural e estar atento às ocorrências relacionadas a quaisquer tipos de preconceito, inclusive os ligados às questões raciais e religiosas. O ambiente escolar, por ser plural e bastante diverso, torna-se palco para ocorrências do gênero.

Logo, o professor como promotor dos valores de igualdade, solidariedade, deve ser o primeiro a fomentar a pluralidade e o respeito às diferenças. Para tal, deve apoiar-se em abordagens plurais e que despertem o interesse em descobrir e entender as peculiaridades de diferentes credos.



Essa abordagem favorece a coletividade e possibilita a expressão de diversas perspectivas trazidas pelos alunos, que estão inseridos ou não em espaços religiosos em suas vidas seculares, fora dos espaços escolares.

nesse sentido o posicionamento dos professores deve se manter o mais isento possível, a fim de não levar as questões raciais e religiosas para o âmbito particular, numa tentativa de induzir um tipo de pensamento específico. O ideal é que ele fomente a criticidade nos alunos, o reconhecimento e o respeito às diferentes crenças, sem hierarquizá-las.

Referências

ANTÔNIO, Thaís (Ed.). **Você sabe o que é um griô?** 2016. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cultura/galeria/audios/2013/02/voce-sabe-o-que-e-um-gri%C3%B4>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BOMFIM, Evandro Luiz Soares; NASCIMENTO, Aleksandro de Jesus. **A religião e o preconceito na escola.** Revista Eletrônica dos Discentes da Faculdade Eça de Queiroz. 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Versão Final. 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em 24 jun. 2019.

_____. **Diversidade religiosa é marca da população brasileira.** 2018. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/01/diversidade-religiosa-e-marca-da-populacao-brasileira>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

_____. **Lei Nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 20 jun. 2019.

BUTTER, David. **Entenda o que é proselitismo, palavra usada pelo Papa.** 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/PapanoBrasil/0,,MUL35876-8524,00.html>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

COSTA, Renata Silva da. **Apontamentos sobre preconceito religioso na escola.** In: XIII Congresso Nacional de Educação. 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. In: Ricardo Henriques. (Org.). Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03. Ed. Brasília: SECAD/MEC, 2005, v., p. 39-62.

JUNIOR, Henrique Cunha. **Candomblés:** como abordar esta cultura na escola. Revista Espaço Acadêmico nº 102: novembro de 2009



LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 16. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

TEIXEIRA, F. . **O campo religioso brasileiro na ciranda dos dados**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos(400). 2012.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e cultura(s)**: construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n.23, p. 156-168, mai./ago. 2003.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12^a. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A história da África nos bancos escolares**: Representações e imprecisões na literatura didática. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/eea/v25n3/a03v25n3.pdf>>. Acesso em 21 jun. 2019.

SANTOS, Babalawô Ivanir dos et al. **Intolerância Religiosa no Brasil** - Relatório e Balanço. 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2018/08/relatorio-final-port-2.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2019.